

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	1
Título: Socorro à elétricas é bem recebido pelo setor	1
Título: Governo deveria ter plano de transição, diz Ometto	3
Título: Destaques	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Temperatura sobe na fusão de Eneva com AES Tietê	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Governadores ampliam medidas para amenizar crise	7

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Socorro à elétricas é bem recebido pelo setor

Os primeiros detalhes da linha especial de crédito em estudo pelo governo para injetar recursos no caixa das distribuidoras de energia foram bem recebidos

pelas empresas do setor. Executivos de grandes companhias do mercado avaliaram reservadamente que a solução é a melhor possível, considerando o tempo relativamente curto de implementação e o potencial de mitigação da disseminação da crise para toda a cadeia.

Conforme informado ontem pelo **Valor**, o empréstimo coordenado pelo BNDES deve girar em torno de R\$ 17 bilhões e deve ser pago pelos consumidores de energia, via tarifa, entre 54 e 60 meses.

Segundo um executivo do setor, devido à queda do consumo e ao aumento da inadimplência, causados pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, as distribuidoras estão recebendo em média 65% do que arrecadavam antes da crise. Considerando que elas ficam com 20% do valor arrecado e repassam o restante para remuneração de geradoras e transmissoras e o pagamento de encargos e tributos, a conta não fecha.

“Elas [distribuidoras] realmente estão com desequilíbrio econômico e financeiro, e a conta ACR [modelo do empréstimo], permite, num primeiro momento, tomar recursos previstos na tarifa atual e pulverizar o seu pagamento em até 60 meses, e ajustar essa nova situação no próximo reajuste tarifário, quando os efeitos atuais devem estar mais conhecidos e comprovados”, disse ele, em condição de anonimato.

O primeiro passo do socorro às distribuidoras foi dado com a Medida Provisória 950, editada semana passada e que prevê a linha de crédito. Segundo fontes do setor, é aguardado para esta semana ou a próxima um decreto regulamentando a medida.

A expectativa é que os recursos do empréstimo entrem no caixa das empresas em até três semanas, preservando o Ebitda das elétricas.

O **Valor** apurou que o BNDES está costurando a linha de crédito com o Banco do Brasil, pelo setor público, e Itaú, Santander e Bradesco, pelo lado privado. O BNDES, porém, está trabalhando para ampliar o número de participantes no sindicato de bancos.

A ideia é que seja uma operação de mercado estruturada pelo BNDES com um “pool” de bancos. O modelo regulatório seria inspirado no empréstimo contraído pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para socorrer as distribuidoras durante a crise hidrológica de 2014, no montante de R\$ 21 bilhões.

A principal diferença agora é que o consumidor que deixar a base de cliente da distribuidora para migrar para o mercado livre carregará consigo o pagamento do empréstimo. “Obviamente, se os consumidores migrarem para o mercado livre, deverão levar esta cobrança com eles”, afirmou um executivo, ao **Valor**.

Victor Gomes, economista e advogado do escritório Reis Gomes, considera a medida acertada. “Se esses consumidores pudessem se livrar dos custos do empréstimo, que são temporários, seria uma distorção dos incentivos à migração. Além disso, o empréstimo será realizado considerando a base atual de consumidores, que deve ser mantida para que não ocorra aumento ainda maior de custos para os que permanecerem no mercado cativo”, explicou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Governo deveria ter plano de transição, diz Ometto

Dono de um dos maiores grupos empresariais do país, a Cosan, Rubens Ometto acredita que o governo já deveria estar trabalhando em um plano de transição, preparando o terreno para a retomada das atividades que vai ocorrer em algum momento à frente. Em sua avaliação, a roda da economia tem de voltar a girar para que os recursos que estão sendo colocados no sistema cheguem à ponta, o consumidor final. “Vejo uma discussão científica e uma discussão econômica. O que não vejo no governo, e gostaria de ver, é um plano de transição”, disse, durante debate virtual organizado ontem pelo banco Credit Suisse.

Para o empresário, o governo foi muito rápido na injeção de dinheiro para ajudar as empresas e é preciso cautela, neste momento, em relação às reformas estruturais, para que os Estados não tirem proveito do momento de crise para resolver problemas do passado, e não causados pela pandemia.

“A quarentena foi importante, a curva já está começando a achatar. Mas vejo que se está dando dinheiro para quem precisa rolar dívida e um dia esse empréstimo vence. A roda da economia tem de voltar a girar e essa é a melhor maneira de fazer esse dinheiro chegar ao consumidor final”, afirmou, acrescentando que não sabe dizer em que momento será possível a retomada, apesar de torcer para que seja no “menor tempo possível.

A elaboração do plano de transição, conforme o empresário, deveria ocupar o foco que hoje está na disputa política entre quem apoia as questões científicas e

quem apoia as questões empresariais. “O problema é que vai atravessar a pinguela e pode cair no meio, e ficar sem nenhum dos dois”, disse.

Em magnitudes distintas, os negócios da Cosan, que atua nas áreas de energia e infraestrutura, foram afetados pelas medidas de isolamento social. Conforme Ometto, o consumo de combustíveis caiu 50% no primeiro momento da crise, mas já está se recuperando. A Cosan é sócia da Shell na Raízen Combustíveis, cujas operações já retomaram o nível de capacidade de 70%. “O consumo está voltando e se equilibrando e a gente consegue trabalhar com esse nível de queda de 30%”, disse.

Na Rumo, braço de logística do grupo, não houve impacto negativo. A companhia atua sobretudo na movimentação de grãos e fertilizantes e tem operado perto da capacidade total. Na Comgás, distribuidora de gás natural em São Paulo, a queda no consumo foi de 10% a 15%, puxada pelos segmentos industrial e de serviços. “É uma queda, mas nada significativo”. Na Moove, de lubrificantes, o impacto foi maior. Conforme Ometto, houve queda de 50% na demanda e ainda não há recuperação.

Entre as diferentes atividades, a que mais tem sentido os efeitos negativos é a Raízen Energia, com destaque para o etanol. “A produção de açúcar segue firme, com exportações e pequena queda de preços, mas o câmbio ajuda. O problema mais sério é o etanol”, disse. Diante da queda da rentabilidade do etanol, as usinas tendem a produzir mais açúcar e elevar a oferta global. Mas o efeito nos preços não deve ser relevante já que havia projeção de déficit nesse mercado.

Ometto afirmou que a demanda de petróleo encolheu no mundo com a covid-19 e, com a diminuição do consumo de gasolina no Brasil da ordem de 30%, a Petrobras deve ter de desativar refinarias. A pressão da demanda mais fraca sobre o preço da gasolina, conforme o empresário, levará a estatal a sofrer “muito” e terá efeito também sobre o etanol, cujo preço corresponde a 75% do valor da gasolina. “Isso machuca muito as usinas, que sofreram bastante com política energética da Dilma e começavam a ser recuperar”.

Segundo Ometto, o setor tem discutido medidas com o governo para mitigar ao menos parte desse impacto. “É uma guerra, não dá para acompanhar a doutrina de Chicago, porque não existe mercado perfeito em épocas como esta”, comentou. Entre as iniciativas negociadas estão a isenção de PIS e Cofins para o etanol, taxaço da importação de combustíveis e a alteração da Cide na gasolina. “É isso que a gente espera que aconteça, mas as decisões do governo estão um pouco lentas nesse sentido”.

Na avaliação do empresário, a maior parte das empresas não terá condições de se manter por muito tempo durante uma quarentena aos moldes atuais e a falta de dados concretos quanto ao alcance da pandemia dificulta a preparação para a retomada. “É preciso ir atrás dos dados necessários. É preciso ser realista. Ninguém vai conseguir segurar essa quarentena desse jeito por muito tempo”, afirmou, acrescentando que há resistência à crise entre os de maior poder aquisitivo, mas não entre os mais pobres.

O mundo após a covid-19, para Ometto, será diferente. “Vai haver desglobalização. Vai acabar esse negócio de mandar fazer na China porque é mais barato. Acho que deve haver uma tendência de protecionismo maior dos países”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Refino em carga mínima 1

Após hibernar 62 plataformas que operam em campos com custos mais elevados, frente à crise do setor de petróleo, a Petrobras começou também a ajustar a produção de suas refinarias. Em documento enviado a funcionários, nesta semana, a estatal informou que está colocando “várias unidades” operando em carga mínima - ou seja, no limite necessário para garantir a segurança operacional do ativo. Segundo a companhia, algumas paradas poderão ser feitas por “um período longo”. O **Valor** apurou com sindicatos dos petroleiros que a Regap (MG), por exemplo, já opera com menos de 40% de capacidade. A Reduc (RJ) interrompeu a produção de lubrificantes. Os sindicatos relatam, ainda, que a Repar (PR) opera com metade da capacidade e que as paradas de unidades afetam também a Reman (AM) e até mesmo a Replan (SP) - a maior refinaria do país.

Refino em carga mínima 2

A Petrobras esclareceu que não parará nenhuma refinaria, mas sim algumas de suas unidades de processamento. A empresa alega que a medida ocorre devido ao baixo consumo de combustíveis, durante a crise econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, e que as unidades serão retomadas à medida em que a demanda se recupere. O presidente da companhia, Roberto

Castello Branco, disse na última quarta-feira que o mercado brasileiro passa por uma forte contração. Ele citou que as vendas de gasolina vivem uma retração da ordem de 60% em relação ao momento pré-crise, enquanto a demanda por diesel está 40% menor. Por causa da queda da demanda, as refinarias estão com os estoques de diesel e gasolina próximos ao limite e, em alguns casos, tiveram que parar algumas unidades de processamento.

Fonte solar passa de 5 GW

A capacidade instalada de geração solar no Brasil ultrapassou a marca de 5 gigawatts (GW), aponta um levantamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), referente a abril. Segundo números da entidade, dos 5,114 GW de energia solar instalados no país, 2,687 GW são relativos a usinas de grande porte e equivalem a 1,5% de todo o parque gerador de energia do país. Os outros 2,427 GW pertencem a projetos de micro e mini geração distribuída a energia solar, que atendem diretamente ao consumidor final. Ainda de acordo com o relatório, outros 4,6 GW de empreendimentos de energia solar, contratados em leilões de geração nos últimos anos, deverão entrar em operação até 2025. Esses projetos demandarão investimentos de aproximadamente R\$ 25,8 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/04/2020

Seção: Colunas

Autor: WELLINGTON BAHNEMANN, ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, ANNE WARTH E AMANDA PUPO

Título: Temperatura sobe na fusão de Eneva com AES Tietê

Coluna do Broadcast

Subiu a temperatura nos bastidores da operação de compra da AES Tietê pela Eneva. Diante da indefinição sobre a convocação da assembleia de acionistas pela administração da Tietê para deliberar sobre a transação, as duas empresas intensificaram a troca de acusações sobre os rumos do negócio, de acordo com fontes a par do assunto. A proposta atual da Eneva, que prevê o pagamento de R\$ 6,6 bilhões aos acionistas da AES Tietê, é válida até dia 30 deste mês. Para que continue em vigor, a administração da geradora americana teria de convocar a assembleia de acionistas até a data. Esta semana, em comunicado ao mercado, a Eneva informou aos acionistas da Tietê que poderia prorrogar sua oferta por mais tempo, caso necessário.

» Atraso. Apesar de sinalizar com mais prazo, a Eneva acusa, nos bastidores, a administração da AES Tietê de adiar a convocação da assembleia e adotar atitude protelatória, insistindo na solicitação de mais informações. Muitas delas, alega, de caráter público. O tom é diferente ao adotado semanas atrás, quando a geradora ainda mantinha postura mais cordial sobre o tema.

» Hostil. A AES Tietê, que até então acusava a Eneva de omitir detalhes do que classifica como “oferta hostil”, diz que as informações são necessárias para avaliar um negócio complexo, de modo a preservar o interesse dos acionistas. Além disso, afirma que a Eneva teve um ano para analisar o negócio, ao passo que a administração da Tietê teve pouco mais de um mês para estudá-la.

» 50% + 1. Em que pese o clima de conflito, a Eneva confia no sucesso da operação. Em entrevista recente ao Estadão/Broadcast, o diretor da geradora, Marcelo Habibe, afirmou que a empresa já tem mais de 50% dos votos necessários para aprovar o negócio. A assembleia pode ser convocada por qualquer acionista (ou grupo deles) com mais de 5% das ações da Tietê, como o BNDES e a Eletrobrás. Procurados, Eneva e AES Tietê não se manifestaram.

» Festa. O governo quer aproveitar a pandemia do novo coronavírus para rever subsídios embutidos na conta de luz. A conclusão é que a crise econômica evidenciou custos que já deveriam ter sido reavaliados. Somente neste ano, a previsão é que os benefícios atinjam R\$ 22 bilhões.

» Na mira. O principal alvo são os descontos a consumidores que compram energia de fontes renováveis, que saltaram de R\$ 586 milhões em 2013 para R\$ 3,241 bilhões em 2020, o que muitos consideram uma “farra” de arbitragens regulatórias. O governo também está de olho nos subsídios dados aos consumidores rurais e ao carvão mineral.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/04/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona, Ana Luiza Albuquerque, Fernanda Canofre, Paula Sperb, Katna Baran, João Pedro Pitombo, João Valadares e Fabiano Maisonnave

Título: Governadores ampliam medidas para amenizar crise

Mais estados passam a oferecer cestas básicas, prorrogam pagamento de tributos e suspendem corte de serviços

Governos estaduais ampliaram medidas econômicas para enfrentar a pandemia do coronavírus. Segundo levantamento do FGV/Ibre, há mais estados

oferecendo ajuda a empresas e prorrogação no pagamento por serviços como água.

Cresceu também o número de governos que optaram por distribuir cestas básicas à população mais carente, como forma de minimizar os impactos do desemprego e da falta de oportunidades para autônomos ou informais.

Elaborado pelo Observatório de Política Fiscal do FGV/ Ibre, o levantamento com medidas dos governos estaduais para contenção da Covid-19 é atualizado todas as semanas, com dados sobre medidas de apoio a empresas e cidadãos.

A versão de quarta (15) mostra, por exemplo, que Bahia e Mato Grosso do Sul decidiram oferecer auxílio a micro e pequenas empresas, aumentando de 22 para 24 o número de unidades da Federação que têm algum tipo de socorro para o segmento.

A Bahia prorrogou por 90 dias o pagamento do ICMS para 190 mil empresas do Simples Nacional. Outras 300 mil classificadas como MEI (micro e pequenas empresas individuais) terão 180 dias para recolher o imposto. Para fazer frente à perda de arrecadação, o governador Rui Costa (PT) determinou o corte de gastos.

Já MS, diz o estudo, abriu linha de crédito especial do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) com juros de 2,5%, prazo de 24 meses para pagar e carência até dezembro de 2020.

Outros três estados decidiram facilitar o pagamento de tarifas de serviços públicos, elevando para 18 a lista das unidades da Federação com medidas semelhantes.

O governo do Maranhão, por exemplo, isentou 850 mil clientes de baixa renda do pagamento da conta de água. Rondônia e Tocantins suspenderam corte no fornecimento de água por inadimplência.

Já após a atualização do estudo, o Espírito Santo decidiu isentar consumidores de baixa renda do ICMS cobrado na conta de luz. A medida beneficia 108 mil famílias e terá duração de três meses, com impacto de R\$ 3 milhões nos cofres estaduais.

Compensações pela perda de arrecadação com o ICMS vêm sendo debatidas no Congresso. Pacote votado na Câmara obriga a União abancar perdas até em caso de renúncia fiscal, como a isenção concedida pelo governo capixaba. O governo é contra a medida.

A estimativa de perdas é grande. Apenas o Rio prevê redução de R\$ 11 bilhões na arrecadação com o ICMS, além de outras R\$ 4 bilhões com royalties. Nesta semana, o governo Wilson Witzel (PSC) reduziu o preço do gás canalizado após negociação entre Petrobras e distribuidoras.

O estudo da FGV mostra que na última semana quatro estados decidiram distribuir cestas básicas ou produtos alimentícios à população, elevando para 23 o número de unidades da Federação que adotaram a medida.

Alguns estados têm optado pela entrega de vales, em vez dos alimentos. Em Minas, Romeu Zema (Novo) anunciou o bolsa-merenda, cartão com R\$ 50 em crédito para atender alunos da rede estadual, que vivem em família com renda per capita inferior a R\$ 89.

Alguns estados adiaram o pagamento do IPVA, como Goiás, Mato Grosso e Roraima.

MME / ASCOM .